

Congresso entra na negociação da dívida

externa

Tentando obter um novo trunfo na verdadeira queda-de-braço que vem travando com os bancos credores, o Governo está estimulando a aprovação pelo Congresso de um conjunto de medidas que dificultaria o pagamento da dívida externa. Com o discreto apoio de membros da equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, a Comissão de Economia do Senado prepara-se para votar na próxima semana projeto de resolução proibindo qualquer pagamento — mesmo simbólico — antes da conclusão de um acordo global, instituindo um foro neutro para as negociações e limitando o desembolso de divisas à manutenção de um nível mínimo de reservas capaz de assegurar por quatro meses a média anual das importações.

Com essas medidas, constantes de substitutivo a ser proposto na Comissão pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), um dos parlamentares mais ligados ao Planalto, pretende o Governo contar com argumento político no esforço de neutralizar a pressão dos bancos por novos pagamentos. O respeito a decisões do Parlamento, pressuposto do regime democrático, é o novo dado que a equipe econômica lançará à mesa de negociações e que os credores não poderão — até por uma questão de imagem internacional — refutar liminarmente.

CONSTITUIÇÃO

A aprovação dos empréstimos externos pelo Senado já era prevista na Constituição de 1967, que neste particular nunca chegou a ser cumprida. Foi só com a atual Carta Magna que aquela Casa do Congresso passou a tratar efetivamente do assunto, primeiramente através de CPI convocada pelas disposições constitucionais provisórias para fazer a auditoria da dívida.

A auditoria nunca foi feita, mas os membros da CPI levaram meses na tentativa de responsabilizar os ex-ministros da Fazenda, especialmente os do regime militar, por não terem submetido seus acordos externos ao Congresso. O senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos defensores

dessa responsabilização, renunciou à relatoria da comissão quando teve parte de seu parecer rejeitada. Para o seu lugar foi de-

signado o pedetista Luiz Salomão (RJ), sob protestos do PMDB que julgava-se com direito ao cargo. Sem quórum para votar o relatório de Salomão, a CPI teve um final melancólico.

Paralelamente, funcionava a todo vapor no Senado uma outra comissão de inquérito sobre o assunto. Era o final do então desgastado governo Sarney e a CPI foi presidida com todo rigor pelo já ferrenho oposicionista Carlos Chiarelli (PFL-RS), atual ministro da Educação. O relatório final, a cargo do tucano Fernando Henrique Cardoso (SP), apontava para a necessidade de uma perícia independente sobre a legitimidade da dívida, acusava o governo Sarney de subordinação ao

FMI e propunha a suspensão dos pagamentos.

No dia 15 de dezembro do ano passado, véspera do início do recesso parlamentar, o senador Lourenberg Rocha (PTB-MT) conseguiu incluir na Ordem do Dia projeto de resolução ditando regras para a negociação da dívida externa e submentendo-a a prévia aprovação do Senado. Era uma sessão tumultuada destinada a "limpar" a pauta da Casa e os próprios senadores só perceberam a importância do projeto depois de aprová-lo.

Foi para substituir a proposta de Rocha, que os próprios oposicionistas consideram radical, que o senador Fernando Henrique Cardoso apresentou novo projeto de resolução instituindo normas para a negociação da dívida. É este projeto, na forma do substitutivo do senador Jorge Bornhausen, que a Comissão de Economia do Senado está para votar nos próximos dias.